

A formação docente frente à inclusão: um estudo de caso em uma escola de Mulungu - CE

Márcio Fernandes de Souza
SEDUC-Ceará, CE, Brasil

Maria Daniele Ferreira Nobre
Prefeitura Municipal de Mulungu, CE, Brasil

Tainah da Silva Quirino
SEDUC-Ceará, CE, Brasil

Mara Rita Duarte de Oliveira Berraoui
UNILAB, CE, Brasil

RESUMO

A formação docente, subsídio de grande importância à qualidade da educação, é objeto fundamental ao ensino e aprendizagem que cumpra sua função socioeducacional, esta formação deve se voltar ao enriquecimento teórico-prático do educador, necessita ainda incluir no seu processo a filosofia da inclusão como atitude e orientação do professorado. Objetivando investigar o processo de formação de professores na perspectiva da inclusão dos estudantes de uma escola do Município de Mulungu-CE, esta pesquisa explicativa, com base na abordagem qualitativa, realizou-se através de um estudo de caso com análise documental e bibliográfica. Justificado pela importância que tem a inclusão na vida dos seres humanos e pela sua essencialidade no processo formativo de professores, este trabalho torna-se atividade de suma importância ao sistema educacional, pois tem a pretensão de apresentar um documento advindo de um fiel trabalho de pesquisa, elaborado sob à luz do respeito àqueles que possuem o direito de um sistema de ensino que se molde às suas particularidades. A então investigação culminou em achados importantes à educação do município e do país, dentre eles: percebeu-se que as leis de inclusão, quando não são colocadas em prática, aplicam-nas de forma branda; a formação inicial e continuada dos professores é elaborada e vivenciada de forma desconexa com a realidade contemporânea, levando o educador, muitas vezes, a contribuir com a exclusão. Formar-se e educar para a inclusão têm sido grandes desafios aos professores investigados, dificuldade que contribui para o não alcance de uma educação de todos e para todos.

Palavras-chave: Ensino. Aprendizagem. Formação docente. Prática inclusiva.

Teacher education and inclusion: a case study in a school of Mulungu, Ceará

ABSTRACT

Teacher education, as a crucial foundation for the quality of education, plays a central role in ensuring teaching and learning processes that fulfill their socio-educational function. Such training should emphasize the theoretical-practical enrichment of educators while integrating the philosophy of inclusion as both an attitude and a pedagogical orientation. This study aimed to investigate teacher training in the perspective of student inclusion within a public school in the municipality of Mulungu, Ceará, Brazil. Designed as an explanatory research, it employed a qualitative approach through a case study supported by documentary and bibliographic analysis. Grounded in the recognition of inclusion as a fundamental right and an essential element of teacher education, the research provides evidence that contributes to the educational system. The findings reveal that inclusion laws, when not effectively implemented, are often applied superficially; moreover, initial and continuing teacher training programs are frequently disconnected from contemporary educational realities, which may inadvertently reinforce exclusion. The results underscore that preparing teachers to educate inclusively remains a major challenge, as difficulties in their professional development hinder the achievement of an education system that serves all learners equitably. This research thus highlights both the shortcomings and the transformative potential of inclusive teacher education in the Brazilian context.

Keywords: Teaching. Learning. Teacher education. Inclusive practice.

1 INTRODUÇÃO

A educação brasileira está inserida em diversos desafios que a acompanha há décadas, dentre as inúmeras dificuldades está a persistência de uma escola não inclusiva, bem como, a desvalorização dos profissionais da educação, acarretando ao professorado trabalhos árduos e com as mínimas condições possíveis.

É indiscutível a necessidade de escolas que acolham a todos, que garantam aos cidadãos o direito à educação assegurado pelas leis nacionais, órgãos dotados de recursos materiais e humanos que possam atender com eficiência a todos que dele necessitam.

Essa escola acolhedora, que visa o bem-estar do(a) estudante e, sobretudo, a inclusão é apontada e defendida por Jesus e Effgen (2012. p. 20) que apontam a necessidade de se buscar a escola concreta, onde habitam alunos(as), professores(as), profissionais em ações pedagógicas; a escola, onde, na atualidade, se coloca o princípio ético da inclusão escolar. Os citados autores ainda apontam que para tal conquista se fazem necessárias reflexões sobre a

educabilidade, processos de inclusão-exclusão, políticas educacionais, condições de aprendizagem, dentre tantas outras.

A realidade da escola que acolhe a todos e trabalha com eficiência as questões relacionadas à inclusão, infelizmente, ainda é apenas um projeto, necessitando, desta forma, da união de esforços para que ela possa agregar a diversidade de pessoas que têm o direito de acessá-la.

Dentre os inúmeros desafios encontrados pelos professores do país está o trabalho com os(as) estudantes público da educação especial.

Sem formação ou com conhecimentos limitados, muitos profissionais não possuem bagagem teórica e prática, a fim de dar a assistência necessária ao citado grupo.

Muitas leis existentes no Brasil asseguram uma educação de qualidade, de forma que esta prepare o discente para a vida profissional, acadêmica e sua atuação enquanto cidadão na sociedade de forma consciente e ética.

O Artigo 2º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB - 1996) aponta isto com muita propriedade ao afirmar que a educação, dever da família e do Estado, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Mesmo com o direito sendo resguardado por lei, inegavelmente, muito ainda precisa ser feito, a fim de termos a educação que estes mecanismos legais garantem aos cidadãos.

Partindo das questões apresentadas, tomamos como reflexão central desta pesquisa, compreender: Como vem sendo construído o processo de formação dos professores frente ao processo inclusivo em uma escola do Município de Mulungu-CE?

Essa pergunta, parte da preocupação para com uma educação de qualidade na perspectiva da inclusão e acessibilidade, principalmente do(a) estudante inserido no público da educação especial, bem como da importância da valorização do professor.

A então pesquisa busca investigar o processo de formação de professores na perspectiva da inclusão do(a)s estudantes de uma escola do Município de Mulungu-CE. Objetiva ainda: A) Investigar de que forma tem se constituído o processo de formação continuada dos citados professores na perspectiva da inclusão do estudante com deficiência; B) Analisar a aplicabilidade das leis voltadas à formação de professores no que se refere à inclusão dos (as) estudantes com deficiência na escola investigada; C) Compreender a realidade do trabalho

docente frente à sua formação e às questões de inclusão e como os professores incorporam práticas inclusivas em seu fazer docente em sala de aula cotidianamente.

A escolha dessa temática de pesquisa se dá pela importância da escrita sobre o então assunto, mas sobretudo, pela contribuição à busca de uma escola e sociedade mais acolhedora e inclusiva.

2 METODOLOGIA

Esta investigação, levando em consideração seus objetivos, assume caráter explicativo, tendo em vista sua função de explicar as propriedades qualitativas de uma dada situação. Nesta perspectiva Gil (2008, p. 28) afirma que pesquisas explicativas são aquelas que têm como preocupação central identificar os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos. O autor afirma ainda que este é o tipo de pesquisa que mais aprofunda o conhecimento da realidade, porque explica a razão, o porquê das coisas.

A abordagem qualitativa embasou este trabalho, pois levou em consideração seu valor acadêmico e a dinâmica que foi ao encontro do que se desejava com esta iniciativa. Sua importância é apontada por Godoy (1995, p.21) ao afirmar que este tipo de pesquisa “ocupa um reconhecido lugar entre as várias possibilidades de se estudar os fenômenos que envolvem os seres humanos e suas intrincadas relações sociais, estabelecidas em diversos ambientes”.

A fonte principal desta pesquisa foi um estudo de caso feito em uma escola de Mulungu, situada no interior do estado do Ceará, de forma que se investigou o processo formativo dos seus professores frente à inclusão e de fatores ligados a este processo formativo.

Gil (2008, p. 57) discorrendo sobre esta metodologia, afirma que o estudo de caso é caracterizado pelo estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetos, de maneira a permitir o seu conhecimento amplo e detalhado, tarefa praticamente impossível mediante os outros tipos de delineamentos considerados.

Yin (2005) corrobora com Gil ao afirmar que “o estudo de caso é um estudo empírico que investiga um fenômeno atual dentro do seu contexto de realidade, quando as fronteiras entre o fenômeno e o contexto não são claramente definidas e no qual são utilizadas várias fontes de evidência.”

O estudo de caso, foi, portanto, um importante meio na efetivação desta pesquisa, na apresentação da temática e, conseqüentemente, na busca da amenização da problemática aqui relatada.

A análise documental foi outra ação predominante na efetivação desta pesquisa. O assunto em pauta careceu de investigação de leis, resoluções, regimento e muitos outros documentos, neste sentido a investigação de documentos se fez imprescindível na orientação deste trabalho e na reflexão da então temática.

Godoy (1995, p. 21) defende, de forma veemente a Pesquisa Documental ao expor que a pesquisa documental representa uma forma que pode se revestir de um caráter inovador, trazendo contribuições importantes no estudo de alguns temas. O mesmo autor ainda aponta que os documentos normalmente são considerados importantes fontes de dados para outros tipos de estudos qualitativos, merecendo, portanto, atenção especial.

O estudo bibliográfico complementou a realização deste trabalho, marcada por leituras de livros, revistas e trabalhos acadêmicos esta ação acarretou embasamento teórico, fenômeno importante na efetivação desta pesquisa.

Macedo (1994, p. 13) apresenta o estudo bibliográfico como uma técnica de fundamental importância à prática da pesquisa, ela o define como a Busca de informações bibliográficas, seleção de documentos que se relacionam com o problema de pesquisa (livros, verbetes de enciclopédia, artigos de revistas, trabalhos de congressos, teses, etc.) e o respectivo fichamento das referências para que sejam posteriormente utilizadas.

A autora corrobora ainda exprimindo que o estudo bibliográfico se trata do primeiro passo em qualquer tipo de pesquisa científica, com o fim de revisar a literatura existente e não redundar o tema de estudo ou experimentação. Por tanto a “revisão bibliográfica” ou “revisão de literatura” consiste numa espécie de “varredura” do que existe sobre um assunto e o conhecimento dos autores que tratam desse assunto, a fim de que o estudioso não “reinvente a roda.

Mesmo sem uma interação direta, o público em análise passou por muitas observações. O exercício da observação, vai além da ação de ver, de olhar, de estar frente a frente, ele transcende o campo da visão e abrange o espaço da consciência e da razão, este processo permite ao pesquisador uma ampliação dos conhecimentos envoltos na temática de pesquisa, garantindo-o um maior detalhamento do objeto da observação.

Em concordância com as palavras supracitadas Kaplan (1969, p. 138) aponta que ao observarmos não somos passivos, porém ativos e que estamos fazendo algo com nossos olhos e inteligência, mas também com os nossos lábios, mãos, pés e determinação. Nesta mesma perspectiva o citado autor indaga que observar é um comportamento dirigido a um fim; o relatório de uma observação é significativo com base em sua presumida relação com o objetivo.

A observação assumiu, desta forma, crucial papel neste processo, haja vista sua característica de ente que, lado a lado com o objeto de pesquisa, mostra-o de forma clara, objetiva, sem muitas distrações ao pesquisador.

3 DESENVOLVIMENTO

A formação de professores é um processo apoiado e incentivado por força de lei, inúmeros instrumentos legais garantem formação inicial de qualidade e incentivam a instrução continuada, de forma a dar qualidade ao processo de ensino e aprendizagem, nesta mesma perspectiva, a inclusão ganha espaço nos embasamentos legais e conduz professores e gestores a promoverem um sistema de ensino que, sem distinção, acolha a todos e a todas, principalmente o público da educação especial.

Mantoan (2017, p. 3) certificando a dedicação de leis nacionais voltadas à inclusão, principalmente à educação especial, afirma que nossas leis educacionais sempre dedicaram capítulos à educação de alunos com deficiência, como um caso particular do ensino regular, além disso a educação especial figura na política educacional brasileira desde o final da década de 1950 e sua situação atual decorre de todo um percurso estabelecido por diversos planos nacionais de educação geral, que marcaram sensivelmente os rumos traçados para o atendimento escolar de alunos com deficiência.

Embora garantida por lei, a educação inclusiva e, dentro desta, a educação especial, é notório que sua reflexão e o tempo destinado sobre ela, na formação inicial e continuada de professores, ainda não é o bastante para uma práxis docente que exerça com qualidade o ensino daqueles que possuem alguma deficiência.

Esta investigação contou essencialmente com a análise de documentos e bibliografias, os dados obtidos a respeito da formação de professores frente à inclusão mostram que o debate sobre educação inclusiva foi bastante renegado nas suas formações iniciais e até hoje se fala

insuficientemente sobre ela, de forma que suas formações continuadas buscam quase sempre a conquista de resultados cognitivos, sem olhar para a integralidade do/da educando(a).

A carência de formação para o trabalho inclusivo, é um desafio sério da educação do país e é confirmado por um estudo realizado por Mantoan (2017, p. 8) na segunda década do século XXI. As pesquisas realizadas nos cursos de Mestrado e de Doutorado efetivadas por membros do Laboratório de Estudos e Pesquisas em Ensino e Diversidade – LEPED da Universidade Estadual de Campinas, do qual ela é a coordenadora, mostram claramente que os professores carecem de uma boa formação para ensinar a todos e não especificamente os deficientes.

A mesma autora ainda afirma que a formação tradicional em educação especial não se destina a profissionais que terão o compromisso de incluir os excluídos da escola, pois não lhes inculca a ideia do especial da educação, que redireciona objetivos e práticas de ensino, pelo reconhecimento e valorização das diferenças, a autora ainda expõe que a citada formação continua a dividir, a separar, a fragmentar o que a escola deve unir, fundir, para se fortalecer e tornar-se justa e democrática.

A reflexão perpetrada por Mantoan (2017), direciona-nos a perceber que a formação inicial e continuada dos professores, realizada de forma fragmentada, e sem um olhar mais atento aos desafios contemporâneos, afasta a escola atual da prática de ensino e aprendizagem que reconheça e trabalhe a inclusão.

A formação com vista à inclusão não pode deixar de ser um instrumento presente na carreira do profissional docente, ela instrumentaliza o professor, enriquecendo sua prática e fortalecendo a inclusão escolar e social.

Figueiredo (2010, p. 141) corrobora com esta formação visando à inclusão ao apontar que a formação inicial, bem como a formação continuada de professores visando a inclusão de todos os alunos e o acesso deles ao ensino superior, precisa levar em conta princípios de base que os instrumentalizem para a organização do ensino e a gestão de classe, bem como princípio éticos, políticos e filosóficos que permitam a esses profissionais compreenderem o papel deles e da escola frente ao desafio de formar uma nova geração capaz de responder às demandas do nosso século.

Ao ser analisados alguns documentos voltados à formação de professores no município, como atas, planos de educação, leis e decretos, observou-se falta de instrumentalização no que se refere ao trabalho inclusivo, os docentes são inseridos em muitos momentos formativos, todavia, geralmente apontados para a busca de resultados cognitivos externos.

A carência de formação para a inclusão constatada na análise documental aponta para uma educação que, sem essa bagagem formativa docente, não cumpre a integralidade da educação defendida nos mecanismos legais, também enfatiza as dificuldades dos professores da educação básica no trato com este público e, demonstra, sobretudo, o descaso para com os estudantes, público alvo da educação especial.

Tendo em vista um sistema formativo voltado à busca de resultados nas provas externas, claramente os docentes em atuação receberam uma formação voltada ao\à estudante sem deficiência, instrução para o cognitivismo, desta forma, a escola contribui para a exclusão daqueles que foram tocados por algo limitante.

Mantoan (2011, p.16) consciente desta situação, aponta que, por estarem pautadas para atenderem a um aluno idealizado e ensinando a partir de um projeto escolar elitista, meritocrático e homogeneizador, as escolas do país produzem quadros de exclusão que têm, injustamente, prejudicado a trajetória educacional de muitos estudantes.

A autora traduz com precisão a situação pela qual se encontra a escola pesquisada, apresenta, sobretudo, um recorte de muitas escolas do país, que ainda deixam a desejar quando se trata de inclusão.

A carência de conteúdos voltados à inclusão na formação dos professores, reflete de forma grandiosa no sentimento do alunado, a exclusão vivenciada por eles é muitas vezes fruto direto da ausência de saberes teóricos e práticos do corpo docente, que não entende a condição daquele sujeito e não sabe agir de forma a ajudá-lo.

A então investigação analisou a grade de disciplinas da graduação de alguns professores, constatando-se nela a ausência e\ou a minimização de temas voltados ao trabalho inclusivo e à atuação com a diversidades de desafios da sala de aula e do entorno educacional.

A formação inicial de nenhum deles contemplou de forma abrangente as questões voltadas à inclusão, na rede municipal de ensino, por sua vez, os docentes possuem uma formação semanal junto à secretaria de educação, também são acolhidos em momento formativo semanalmente nas suas escolas, mas a temática da inclusão não aparece com

constância e com detalhamento. Outro meio de formação são os encontros das lideranças pedagógicas efetuados semestralmente, mas que também deixa a desejar quando se trata de práticas inclusivas, fato constatado na análise da programação das formações oferecidas.

Vídeos, cursos de curta duração e leituras também fazem parte do processo de enriquecimento da bagagem teórica e prática do professorado, mas, assim como as formações anteriormente citadas elas estão intimamente ligadas as suas disciplinas específicas ou às questões relacionadas às avaliações externas.

As leis são aparatos que garantem a efetivação da prestação de serviços obrigatórios aos cidadãos, quando aplicadas de forma séria e dentro daquilo que, de fato, estabelece-se no escrito elas geram inúmeros benefícios à sociedade, nesta perspectiva o cumprimento das leis voltadas à formação de professores e à inclusão de estudantes são essenciais para o fortalecimento desta política pública.

O Município de Mulungu-CE conta com o seu Plano Municipal de Educação, documento que norteia as ações voltadas ao sistema de ensino local. O então documento garante uma formação adequada aos docentes, de forma que eles se preparem da melhor forma possível para cumprir suas funções dentro de sala de aula, porém este mesmo plano não discorre de forma explícita sobre as questões referentes ao processo inclusivo.

O sistema educacional mulunguense dispõe ainda de um conselho municipal de educação voltado para o gerenciamento dos órgãos educacionais e das ações que envolvem a prática educativa na cidade, o citado conselho realiza reuniões periódicas onde há reflexões sobre o exercício do ensino, a manutenção das escolas e demais assuntos pertinentes ao contexto pedagógico, no entanto, a referida agremiação também não efetiva ações, tampouco discussões sobre educação inclusiva.

O município se utiliza das leis estaduais e federais, a fim de cumprir com suas obrigações no que se refere à inclusão e formação de professores, há, inclusive, pais, funcionários da prefeitura, que são beneficiados com a lei 8.112/90, garantindo a estes a redução de 50% da carga horária de serviço, sem prejuízo salarial, pelo fato de eles terem filhos com alguma deficiência, transtorno ou outra condição que aumente a dependência dos genitores.

Exercidas de forma bastante brandas, as leis que regem a formação de professores e a educação inclusiva estão ganhando espaço, todavia, é notória a contradição entre o que está

escrito nos textos legais e sua aplicação prática, ou seja, o respeito a integralidade das leis é uma prática que precisa ser fortalecida no município.

Com vista a minimizar o abandono do público carente de uma educação inclusiva, a secretaria de educação do citado município criou o Núcleo de Atendimento Educacional Especializado - NAPE, grupo que reúne um conjunto de profissionais, como psicólogo, nutricionista, assistente social, psicopedagogos, apoio a estudantes da educação especial, dentre outros, com o intuito de efetivar ações e dar apoio as escolas que dispõe de discentes com necessidades especiais.

A criação do relatado Núcleo não corrige os desafios gerados pelo não cumprimento, de forma integral, das leis, porém coloca em destaque a busca pela equidade, pelo respeito e pela superação das barreiras impostas aos processos de inclusão.

Afastando-se do respeito às leis, o sistema de ensino municipal não propicia uma formação de professores efetiva, realizando-a de forma precária, também se desrespeita a prática de uma educação para todos, afetando negativamente a comunidade escolar e a sociedade.

Por não saberem como lidar com o público da educação especial, muitos educadores apresentam medo e desconforto em atuar com os estudantes. É visível a angústia pela qual passam muitos dos professores que têm em sua sala de aula estudantes com distúrbio, transtorno, déficit ou outra situação que exige dos docentes uma prática arcertiva e inclusiva.

A falta de conhecimento dos pais em relação as condições dos filhos é outro desafio aos profissionais da educação, os genitores buscam uma educação imediatista, exigem que seus filhos aprendam com rapidez, muitos não entendem que algumas deficiências retardam a aprendizagem e, nesta perspectiva, exigem um cuidado maior, um trabalho mais esmiuçado e vagaroso por parte do docente, fazendo com que haja maior demora no processo de ensino e aprendizagem.

Com estrutura física defasada, salas com excesso de estudantes, carência de materiais e profissionais, a escola observada não auxilia o modelo inclusivo, gerando aos profissionais sérias barreiras na sua atuação.

Sampaio (2005, p. 31) corrobora com as palavras supracitadas ao defender que a inclusão é, portanto, uma inovação que implica num esforço de atualização e reestruturação das condições atuais da maioria das escolas brasileiras.

A organização apontada anteriormente requer, entre outras medidas, a redução do número de alunos por turma, nova infraestrutura, e a construção de novas dinâmicas educativas. A complexidade envolvida nesse processo reforça a importância da formação dos professores, que se torna um fator chave para propiciar as mudanças exigidas pela educação inclusiva.

A autora, além de expor a estrutura das escolas como fator essencial à inclusão, aponta ainda a formação de professores como fator crucial na perspectiva de uma escola para todos, levando-nos a internalizar que a falta ou a má formação docente, seja ela inicial ou continuada, representa um grande desafio no atendimento das crianças e jovens da educação especial.

A falta de diagnósticos precisos de alguns estudantes é, também, forte empecilho no trabalho dos profissionais de educação da escola investigada, muitas crianças necessitam de ajuda, de uma dinâmica que os incluam no processo da aprendizagem e da interação, no entanto, sem laudos há um abrandamento de um atendimento mais direto, de um tratamento mais voltado a realidade individual, prejudicando, desta forma, o trabalho pedagógico e a aquisição de conhecimento por parte do alunado.

Os professores e professoras enfrentam grandes desafios na efetivação de uma educação inclusiva, da má estrutura da escola à falta de formação, perpassando pelos problemas sociais e emocionais pelos quais passam os estudantes, o processo de ensino e aprendizagem acontece longe dos padrões requerido por lei, sendo elas ligadas ou não às questões de inclusão.

4 CONCLUSÃO

A educação verdadeiramente inclusiva, acolhendo, sem nenhum tipo de distinção, a todos e todas estudantes representa um ganho de valor incalculável à sociedade. Ela parte de um princípio equânime e justo que transcende a sala de aula e alcança os mais variados espaços sociais, ela coloca em foco o respeito às diferenças e conduz a humanidade a uma vida mais digna e justa.

Embora a proposta da educação inclusiva seja defendida nos textos legais, bem como, nas iniciativas que almejam uma educação melhor para todos, ela ainda caminha a passos lentos. Tomando-se como base o município de Mulungu-CE, observa-se que a inclusão na escola não tomou ainda o espaço que deveria, atingindo, de forma negativa, centenas de alunos e alunas.

Esta pesquisa, elaborada por meio de investigação documental e bibliográfica, tomando como base documentos educacionais do município de Mulungu-CE, bem como, textos de autores que tratam da formação de professores e da inclusão escolar, orienta-nos para uma perspectiva preocupante: os professores da então cidade, que aparece nesta investigação como um recorte dos demais educadores do país, possuem uma formação inicial e continuada que deixa a desejar no que se refere a sua práxis para uma educação inclusiva.

A formação dos professores, efetuada de forma inicial, não proporciona aos educadores conhecimento teórico e prático o suficiente para o trato com crianças e jovens que carecem de inclusão devido a transtornos, síndromes ou qualquer outra condição limitante, esse dado foi constatado na observação da grade dos cursos superiores feitos por eles.

A formação continuada, por sua vez, e seguindo os moldes da inicial, é feita por meio de encontros semanais, mensais e semestrais pelos órgãos municipais de educação, além disso os professores se dedicam a leituras e cursos de curta duração.

Ao ser analisada a documentação e as certificações nas pastas dos professores na escola, observou-se que os momentos oferecidos pela rede municipal de ensino e os demais cursos feitos pelos professores, são caracterizados pela busca de conhecimento voltados à melhoria das avaliações externas e práticas diárias de ensino envoltas do sucesso meramente cognitivo dos estudantes.

A gestão pública municipal não empenha esforços suficientes para a formação docente frente à inclusão, os professores, que já saem da faculdade sem uma formação com excelência, a fim de trabalharem com os públicos da educação inclusiva, também demonstram pouca dedicação na aquisição de conhecimento voltada a esta área.

No que tange as leis voltadas à formação de professores e sua aplicabilidade, observa-se que, embora elas garantam um sistema formativo que vise à inclusão na escola como prática essencial, elas não são aplicadas em sua integralidade na prática, ou seja, há uma desconformidade naquilo que está no papel e na sua execução prática.

Sem uma formação que supra as necessidades teórico-práticas os docentes continuam a executar, dentro de suas salas, um trabalho cansativo e muitas vezes improdutivo, deixando a inclusão escolar em segundo plano, fazendo com que diversos estudantes se sintam desacompanhados e excluídos do processo de ensino e aprendizagem.

Sem uma formação que enriqueça a bagagem do professorado no que se refere à inclusão, educadores e educadoras sentem-se angustiados, cansados e muitas vezes impotentes frente aos inúmeros desafios da sala de aula.

Esta investigação apresenta um recorte do sistema educacional do país, principalmente no que tange as cidades situadas nos interiores, uma educação que, por falta de recursos e de visão inovadora e responsável por parte de muitos governantes prejudica o protagonismo de crianças, jovens e adultos, bem como, o trabalho dos profissionais da escola, afetando negativamente a justiça social e o transcurso da sociedade.

REFERÊNCIAS

BRASIL, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB 9394/96, de 20 de dezembro de 1996**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/> Acessada em 22 de maio de 2020.

FIGUEIREDO, R. V. **A formação de professores para a inclusão dos alunos no espaço pedagógico da diversidade**. In: MANTOAN, M. T. E. (Org.). O desafio das diferenças nas escolas. 4.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4.ed. São Paulo: Atlas S.A., 2002.

GIL, A. C. **Método e Técnicas de Pesquisa Social**. 4.ed., São Paulo: Atlas S.A., 1995.

GIL, A. C. **Método e Técnicas de Pesquisa Social**. 4.ed., São Paulo: Atlas S.A., 2008.

GODOY, A. S. Pesquisa Qualitativa - tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo: RAE, v. 35, p. 20-29, maio/jun. 1995.

JESUS, D. M.; EFFGEN, A. P. S. **Formação docente e práticas pedagógicas: conexões, possibilidades e tensões**. EDUFBA, 2012.

KAPLAN, A. **A Conduta na pesquisa**. (Metodologia para as ciências do comportamento) São Paulo: Ed. Herder e EDUSP, 1969.

MACEDO, N. D. **Iniciação à pesquisa bibliográfica: guia do estudante para a fundamentação do trabalho de pesquisa**. 2. ed. São Paulo: Loyola, 1994.

MANTOAN, M. T. E.; PRIETO, R. G.; ARANTES, V. A. **Inclusão escolar: pontos e contrapontos**. São Paulo. Summus, 2003.

MANTOAN, M. T. E. **Educação Especial no Brasil – Da exclusão à inclusão escola.** Disponível em: <http://www.lite.fe.unicamp.br/cursos/nt/ta1.3.htm>. Acesso em: 26 nov2021.

MANTOAN, M. T. E. **O desafio das diferenças nas escolas.** 4.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

MINAYO, M. C. S.; DESLANDES, S. F.; GOMES, R. (Orgs.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** 26. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

ROSA, M.V.F.P. de; ARNOLDI, M.A.G.C. **A entrevista na pesquisa qualitativa: mecanismos para validação dos resultados.** Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

SAMPAIO, C. T. **Convivendo com a diversidade: a inclusão da criança com deficiência intelectual segundo professoras de uma escola pública de ensino fundamental.** Dissertação de Mestrado, UFBA, Salvador, 2005. Disponível em <https://pospsi.ufba.br/>. Acesso em 12 de julho de 2022.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos.** 3 ed. Porto Alegre: Bookman, 2005. Deve conter obrigatoriamente justificativa da pesquisa, os problemas da pesquisa e objetivos.

Recebido em: 14/02/2026
Aprovado em: 20/04/2026